



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Fundamentos de Serviço Social)

Londrina terra de oportunidades: para quem?

Rosângela Aparecida de Souza Costa Andreatan¹
Claudia Neves da Silva²

Resumo: O artigo apresenta a forma de colonização do norte do estado do Paraná, focalizando na cidade de Londrina. Tal colonização está vinculada a um modelo capitalista que favoreceu empresas estrangeiras. A colonização da cidade está relacionada com a contradição capital/trabalho, expressa tanto na concentração de renda como na exploração dos trabalhadores, sujeitos às mazelas da questão social. As expressões das vulnerabilidades sociais, as quais estão submetidas parcelas consideráveis da população, incomodavam a elite local, que passou a construir maneiras de atendimentos aos empobrecidos da cidade.

Palavras-chave Londrina; Questão Social; Caridade.

Abstract: The article presents the form of colonization of the northern state of Paraná, focusing on the city of Londrina. Such colonization is linked to a capitalist model that favored foreign companies. The colonization of the city is related to the capital / labor contradiction, expressed both in the income concentration and in the exploration of workers, subject to the problems of the social question. The expressions of the social vulnerabilities, which are subject to considerable portions of the population, bothered the local elite, who started to construct ways of assisting the impoverished in the city.

Keywords: Londrina; Social issues; Charity.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar a forma de colonização de Londrina, cidade que nasceu de um empreendimento capitalista a partir dos anos 1920, na qual a

¹ Assistente Social, discente do Mestrado Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, e-mail: andreatanrosangela@gmail.com

² Assistente Social, Profa. Dr^a. do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina e-mail: claudianeveess@uel.br



contradição entre a acumulação financeira e a pobreza ocorreu de forma incisiva. Diante de tais contradições, a sociedade civil e o poder público passaram a organizarem-se para o atendimento à pobreza exposta por toda a cidade.

A temática está ligada ao projeto de pesquisa de minha autoria, a qual visa estudar o processo de organização dos Assistentes Sociais na implantação da Seccional do Conselho Regional de Serviço Social (Seccional Londrina). É, portanto, relevante compreender o processo do rápido desenvolvimento da cidade, que em menos de vinte anos (nos anos 1950) recebeu a denominação de “a capital mundial do café”.

Como metodologia utilizei a pesquisa bibliográfica e documental sobre o histórico de Londrina e como a elite local e o poder público “administraram” a pobreza na cidade.

Apresentarei, primeiramente, a colonização da região norte do Paraná, caracterizada por uma empresa de cunho capitalista na comercialização de terras, sem levar em consideração os povos indígenas habitantes na região, bem como dos posseiros e proprietários que também aqui se encontravam antes da vinda da companhia inglesa.

Na sequência, abordarei a colonização da cidade de Londrina, na qual a contradição capital *versus* trabalho esteve presente. De um lado, a acumulação financeira para uma minoria; de outro, a exploração da classe trabalhadora, obrigada a vivenciar as diversas formas de expressão da questão social³ na cidade.

Diante da pobreza e da miserabilidade apresentada na cidade, a sociedade civil, a Igreja e o poder público tiveram que se organizar para o atendimento da questão social local.

2.Colonização do Norte do Paraná

No início do século XX, o país passou por diversas mudanças políticas e sociais. Diante destas mudanças ocorreu o golpe de 1930, que dentre outros processos, fomentou a estratégia de colonização do interior do país utilizando o conceito de terra devoluta, ou seja, terras não pertencentes a um patrimônio particular. Assim, tais terras são entendidas como terras públicas sem destinação pelo poder público, que ignorava a existência de populações tradicionais, indígenas e pequenos proprietários.

³ “A Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesses sentidos a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política” (YAZBEK, 2018, p. 183).



Tal conceito contribuiu como justificativa para a exploração das terras consideradas “devolutas” no Paraná por companhias estrangeiras ou nacionais de exploração. O Estado delegava ao capital privado a exploração de consideráveis áreas, legalizadas e negociadas em valores muito baixos. Os moradores já estabelecidos nessas áreas (posseiros, caboclos ou pequenos proprietários) foram considerados inexistentes. O capital, representado pelas grandes companhias, tinha o direito legal para demarcar e revender (PRIORI, *et al*, 2012, p. 79).

O processo de colonização no Paraná não foi pacífico, mas repleto de resistências, tensões e violência. É o que se pode verificar na Guerra do Contestado⁴, na Guerrilha de Porecatu⁵ e nos conflitos agrários na região oeste do Paraná (1957)⁶.

Em Londrina, a história oficial considera o conceito de “terra devoluta”, no qual a ocupação do território ocorreu apenas com a exploração da terra pela Companhia de Terras Norte do Paraná. No plano discursivo, o progresso e o desenvolvimento acelerado da cidade deveram-se ao trabalho e audácia dos “pioneiros”, graças ao empreendimento capitaneado pelos ingleses da Companhia de Terras Norte do Paraná. Discurso que permanece até hoje, embora trabalhos acadêmicos⁷ elaborados a partir da década de 1990 começaram a questionar tal construção discursiva.

A chamada “colonização” do norte do Paraná, iniciada na década de 1920, consolidou-se a partir do golpe de 1930. É preciso assinalar que o termo “colonização” relaciona-se com o discurso da “terra devoluta”: colonizou-se uma área na qual nada existia, nem mesmo seres humanos (algo extremamente questionável, uma vez que já se encontravam no território em questão posseiros, caboclos e etnias indígenas). A história oficial enfatiza a “abnegação” da companhia colonizadora inglesa e o seu “desejo de trazer o

⁴ Indicação de Leitura: TOTA, Antônio Pedro. **Contestado**: a guerra do novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História, v. 70); FRAGA, Nilson Cesar. **Vale da morte**: o Contestado visto e sentido “entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná”. 2.ed. Blumenau: Hemisfério Sul, 2015.

⁵ Ver: SILVA, Joaquim Carvalho da. **Terra roxa de sangue: a guerra de Porecatu**. Londrina: EDUEL, 1996

⁶ PRIORI, A., *et al*. História do Paraná: séculos XIX e XX. In: **A história do Oeste Paranaense**. Maringá: EDUEM, 2012. p. 75-89. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-07.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019..

⁷ Ver os trabalhos: TOMAZI, Nelson D. **Certeza de lucro e direito de propriedade**: o mito da CTNP. Dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de História do ILPH – UNESP, Assis, 1989; ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. **Imagens do Progresso**: civilização e barbárie em Londrina-1930-1960. Assis, 1991. 259p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista; ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: Londrina e o norte do PR 1930-1975. São Paulo, 1993. 207p. Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.



progresso” para a região. Na análise de Arias Neto, o discurso oficial transforma um projeto imobiliário e capitalista em “plano racional de colonização” (ARIAS NETO, 2008, p. 14ss).

O início da década de 1930 marcou um momento de mudanças sociais, políticas, culturais e de modo de produção no país. A sociedade, diante das mudanças, sentiu-se insegura, passando a defender conceitos conservadores que ofereciam a sensação de estabilidade, apoiando também a ordem vigente, representada pelo governo repressivo, centralizador e ditatorial de Vargas (ARIAS NETO, 2008).

O país passou a investir nos polos urbano e industrial, mesmo apresentando um forte vínculo agrário, considerando que a maioria da população ainda vivia nas regiões rurais. É neste contexto que o país entrou no que Netto (2011, p. 19), chama de capitalismo de monopólio, o qual eleva o grau de exploração e de lucro. O autor considera ainda que a “idade do monopólio” modificou profundamente a sociedade e acentuou as contradições básicas do capitalismo, na qual também se situou as expressões da questão social no país. Tal modelo de capitalismo também estabeleceu uma nova função ao Estado, a de garantir a manutenção da classe trabalhadora e do exército de reserva e proporcionar condições para a ampliação do capital através da exploração dos trabalhadores.

O Estado mediador e centralizador, a partir da ditadura varguista, buscou formas de oferecer condições de desenvolvimento industrial e urbano, instalando a primeira rede de proteção voltada aos trabalhadores fabris formais, ação pontual que excluiu a maior parte dos trabalhadores do país em uma época que a população rural era superior à urbana.

Segundo Arrais (2016), o período foi ditatorial e nacionalista, com um discurso de modernização para a administração do Estado e para a construção de um território-nação, ou seja, uma unidade nacional. O autor ainda assinala que a Marcha para o Oeste teve um significado para a população brasileira, afirmando o direito aos territórios e proporcionando empregos. Assim, o ditador-presidente mantinha uma imagem de um gestor que “cuida da população”, o “pai dos pobres”, além de estabelecer o “modelo do brasileiro” (ideia da nacionalidade). Houve perdas nesse processo, já que era um período ditatorial. Não apoiar o Estado gerava perseguições, torturas e mortes. As especificidades regionais não eram bem vistas.

Um outro termo utilizado para a colonização é a Marcha para o Oeste. A execução da Marcha necessitou de um aparato político-ideológico, com centralidade no Estado. Arrais (2016) assevera que a Marcha para o Oeste recebeu apoio de diversos setores da sociedade brasileira, sobretudo de empresários e intelectuais. Era necessário construir um modelo, uma ideologia, uma representação.

No caso da Marcha Para o Oeste, a ideologia da presidência da República



estava refletida na concepção da Marcha. Isso significa, por exemplo, que o modelo de homem lançado pelo presidente seguiria a sua definição, a do trabalhador disciplinado e patriota. Por isso, a Marcha tem um padrão de condução visto em outros projetos do Estado Novo (ARRAIS, 2016, p. 8)

É nesta perspectiva que ocorreu a “colonização” do norte do Paraná, com a divulgação das imagens bíblicas de uma “Terra de Promissão”, uma “Nova Canaã” (ALVES, 2013, p. 29).

Em tal conjuntura política e social, o Norte do Paraná foi “colonizado”. A região já era conhecida desde o período imperial. Em 1855 foi instalada a Colônia Militar de Jataí, atual cidade de Jataizinho, com o “[...] objetivo de fiscalizar o trânsito de tropas e mercadorias para o Mato Grosso e Paraguai” (ALVES, 2013, p. 33). A Colônia foi posteriormente utilizada durante a Guerra da Tríplice Aliança e do Paraguai (1864-1870), servindo para garantir apoio material e bélico.

Em 1860, o frei Timóteo e missionários capuchinhos italianos vieram à região com o objetivo de evangelizar os índios das etnias Coroados e Kaingang. Construíram aldeamentos em Jataí, São Pedro de Alcântara e São Jerônimo. Após a morte do frei, a aldeia de São Pedro de Alcântara entrou em decadência. Os Kaingang retornaram para a Serra do Apucarana⁸, na qual hoje ainda há duas reservas indígenas. Nesses aldeamentos foram plantados os primeiros cafezais da região, a partir de 1850 (ALVES, 2013, p. 32).

Com o esgotamento do solo em São Paulo e Minas Gerais, abria-se oportunidades de negociação para as terras “esquecidas” do Norte Velho ou Noroeste, (no quais hoje pertence os seguintes municípios: Jacarezinho, Cambará, Santo Antônio da Platina, Ribeirão Claro, Andirá, Bandeirantes, Cornélio Procópio), com destaque para o sr. Barbosa Ferraz, de Ribeirão Preto, que adquiriu uma grande área na divisa entre São Paulo (Ourinhos) e Paraná, plantando um milhão de pés de café. O sr. Thomas Pereira da Silva, mineiro de Itajubá, adquiriu também grande quantidade de terras e influenciou a vinda de vários mineiros para a região, que recebeu o nome de Colônia Mineira (1862), plantando milho, arroz, feijão e cana-de-açúcar (ALVES, 2013, p. 34).

No início do século XX, o café já estava sendo cultivado na terra roxa, região noroeste do Estado. Como estratégia de “ocupação de terras devolutas”, o governo paranaense tinha como meta uma nova política agrária e de colonização fundiária, destinada ao Norte Novo.

3.Pobreza e riqueza em Londrina: duas realidades em um cidade recém-nascida

⁸ Hoje São Jerônimo da Serra.



Londrina é uma cidade de 84 anos localizada no norte do Paraná. Em 2018 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou uma estimativa de 563.943 habitantes, com um território de 1.652.569 km². É a quarta cidade do sul do país. Atualmente é considerada Polo Regional de bens e serviços. Em 1998, instituiu-se, por lei⁹, a Região Metropolitana de Londrina¹⁰, interligando vinte e cinco municípios¹¹.

Silva (1999, p. 16) relata que o engenheiro agrônomo Lord Lovat veio conhecer o norte do Paraná em 1924, a serviço do Banco Inglês *N. M. Rothschild & Sons*, com o objetivo de verificar a “[...] a imensa riqueza a ser explorada. Considerando-se o solo fértil e as madeiras-de-lei. Tal visita também estaria fundamentada no interesse de comprar terras do governo para lastrear os débitos do Brasil para com o banco inglês”.

No mesmo ano (1924) criou-se a *Brazil Plantations Syndicate*, que depois viria a ser *Paraná Plantations Ltd*. Em 1925 nasceu a subsidiária nacional, Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), com o objetivo de abastecer o mercado inglês com a plantação de algodão. A CTNP adquiriu junto ao estado 8.470 km². Após quatro anos, em 1929, a CTNP, com seus trabalhadores, deixa o município de Cambará para chegar nas terras hoje identificadas como Londrina, “primeiro posto de ocupação, avançado e expandido” no Norte Novo (SILVA, 1999, p. 17). Em 1931, a CTNP passou a investir no loteamento das terras adquiridas, que foram divididas em lotes rurais de tamanhos pequenos e médios, com o objetivo de venda mais acessível, e assim contribuiu para o desenvolvimento econômico e demográfico da nova região (o então Patrimônio Três Bocas – futura cidade de Londrina), projetada para ser uma região urbana¹² (SILVA, 1999, p. 17-18).

Com o golpe dentro do golpe em 1937 (Estado Novo), Vargas indicou o interventor Manoel Ribas (1932-1945) para o Paraná, que tinha um plano de ação em várias áreas, destacando-se os seguintes objetivos para o Estado: caça aos comunistas, o controle dos imigrantes e Colonização com nova política agrária e de colonização fundiária (política cafeeira para o norte e pecuária para o oeste e Campos Gerais) (BATTINI, 2012). É

⁹ Lei complementar nº. 81 de 17/07/1998, com alteração pela Lei complementar nº. 165, de 14/11/2013, da Assembleia Legislativa do Paraná. A lei complementar número 164/2013, a qual inclui oito municípios à Região Metropolitana de Londrina

¹⁰ Não trabalharemos esse conceito. Para maior aprofundamento, ver CUNHA, Fábio César Alves da. A letargia das regiões metropolitanas do interior do Paraná. In: XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 2013. Rio de Janeiro: UERJ, 2013. p. 01-17. Disponível em: http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT02_fabio.pdf. Acesso em: 30 set. 2015.

¹¹ Os municípios são: Alvorada do Sul, Arapongas, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Londrina, Lupionópolis, Mariselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rancho Alegre, Rolândia, Sabáudia, Sertaneja, Sertanópolis, Tamarana e Uraí.

¹² A CTNP vendia terrenos urbanos, com o nome de data, porção de terra com 20 a 22 por 40 a 44 metros (SILVA, 1999).



interessante observar a contradição defendida pelo governo, uma vez que coloca sob controle os imigrantes, ao mesmo tempo em que proporciona a venda de terras do Estado, a preços insignificantes, ao capital estrangeiro.

No Norte Novo, as terras foram para a CTNP. No Norte Velho foram adquiridas por companhias japonesas: a *Brazil Tokushoku Kaisha* (BRATAC) ficou com a região próxima a Cornélio Procópio (plântio de algodão); a companhia *Nambei Tochi Kabushiri Kaisha* fundaria a cidade de Uraí. As colônias japonesas destacaram-se, pois além das terras de boa qualidade, receberam das colonizadoras assistência médica, agrônômica e financeira para se organizarem (ALVES, 2013, p. 35). Respondendo ao plano da Marcha para Oeste:

A propaganda da CTNP nos estados do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e nos estados do sul e nordeste acerca das facilidades encontradas para, a partir do trabalho, transformar as riquezas naturais em dinheiro e, ainda as condições favoráveis para o plantio do café e outras culturas, atraíram migrantes de várias partes do país e do exterior: italianos, japoneses, alemães, espanhóis, portugueses que para estes lados se dirigiam em busca de melhores condições de vida (SILVA, 1999, p. 18).

Alves (2013, p. 35) relata que com a circulação de pessoas entre o oeste de São Paulo e o norte do Paraná, criou-se a necessidade de meios de transportes de cargas e de pessoas. Os fazendeiros iniciaram a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná (EFSP)¹³, com conexão entre Sorocaba e Ourinhos, em São Paulo, até a vila Cambará, no Paraná (1925), com 29 km de via férrea.

Em curto espaço de tempo, o patrimônio ampliou-se. Em 1932, passou a ser chamado de Londrina. E em 1934, Londrina tornou-se cidade. Em 1935 chegaram os trilhos da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná.

Segundo Silva (1999, p. 18), foram realizados novos investimentos para a comercialização das terras, “[...] garantindo um projeto colonizador e o plantio de café, e possibilitando o acesso a comunicação e o escoamento da produção”. Outro fator importante foi a chegada do trem. O melhor acesso ampliou o número de trabalhadores em Londrina, bem como do transporte de mercadorias. A autora pontua que já no final da década de 1930 a cidade era um “[...] polo da região paranaense, cuja base econômica era o café, conquistando sua emancipação política em 1934, ao tornar-se mais um município no Estado do Paraná, com uma população de 1.346 habitantes. Mas em apenas dois anos passou para 20.527 habitantes ” (SILVA, 1999, p. 19).

O desenvolvimento “meteórico” da cidade não contemplou a todos seus habitantes. A “Nova Canaã” cumulou de leite e mel apenas uma ínfima parcela da sociedade nascente. A aventura imobiliária, que está na gênese na cidade, trouxe em seu bojo exploração, miséria e todo um cortejo de calamidades, expressas no que se convencionou chamar de

¹³ Estrada de Ferro Noroeste do Paraná (EFSP) foi a companhia que construiu a trajeto ferroviário entre os dois estados.



questão social. Marinósio Filho, na contramão da história oficial, destaca aspectos dos primórdios da cidade de Londrina:

Londrina não nasceu de parto normal. /Foi eletivo, de sete meses. Rasgaram o ventre da mata e mãos rudes e calosas tiraram-na. Ergueram-na. [...] /Londrina crescendo, e junto, os problemas. / Problema, irmão gêmeo do progresso. Não se largam. São xifópagos. Já se notava a presença de ‘mulheres da vida alegre’. Aninhavam-se na rua Rio Grande do Sul, hoje Brasil. [...] / tudo crescia. Os problemas sociais agigantavam-se. Casas de madeiras, indisciplinadas. Ficavam aonde ‘dava na cabeça’. A polícia não acompanhava o desenvolvimento. Cadeia, delegado, material humano, veículos, precaríssimos. [...] (MARINÓSIO FILHO, 1979, Prólogo).

O processo de concentração de riqueza e pauperismo está presente em toda a história de Londrina. Conforme já mencionado, a emancipação política da cidade ocorreu em 1934 e no ano seguinte a linha ferroviária chegou. Londrina, desde os seus primórdios, já apresentava as contradições do sistema capitalista. Ao lado do trem, símbolo da construção humana e do progresso, as mazelas da questão social. Um grupo de “senhoras da sociedade”, já em 1935, organizou o primeiro “Natal dos Pobres”. Em 1936, a sociedade preocupou-se com a falta de atendimento médico aos que não podiam pagar pelo serviço (ALVES, 2013).

A necessidade de pensar o “natal dos pobres” permite concluir sobre a existência de muitas pessoas em situação de vulnerabilidade social no início da cidade, o que incomodava a elite local. Nas décadas iniciais do século XX, a questão social expressou-se de diversas formas em todo o país. Nas maiores cidades, a Igreja Católica, através de sua Doutrina Social Cristã, mobilizou a sociedade para o atendimento dos pobres. Londrina, cidade recém instalada, contava já com a Igreja Metodista Central, fundada em 1933. Em 1934 instala-se a Igreja Católica. A sociedade começou a desenvolver suas atividades, imbuída de valores cristãos. (ALVES, 2013).

Sobre a Igreja Católica, Silva (1999, p. 31-32) assinala que a diocese de Jacarezinho, administrada pelo bispo Geraldo Proença Sigaud, era responsável por todas as paróquias do norte do Estado e contava com poucos padres. O Padre Carlos Dietz, da Congregação Irmãos Palotinos, foi o primeiro padre da cidade de Londrina e começou a construção da matriz, cujo terreno foi doado pela CTNP, como também cinquenta por cento dos custos para a instalação do templo. As demais despesas foram doadas pela comunidade.

A autora ainda pontua que, com crescimento da cidade, chegaram mais cinco padres da mesma congregação, a fim de desenvolver suas atividades seguindo a perspectiva da “Doutrina Social” no atendimento das questões sociais, além da participação em espaços políticos. Desta forma, fundaram-se associações religiosas para os



leigos: em 1936, a Pia União das Filhas de Maria; em 1937, a associação de leigos (Apostolado da Oração, Liga Mariana Eucarística para meninos e Congregados Marianos); em 1939, Irmandade do Santíssimo Sacramento; em 1942, Irmandade de Nossa Senhora do Carmo e a Obra das Vocações (SILVA, 1999, p. 32).

Vale ressaltar que, segundo Alves (2013), a primeira organização local visando o atendimento da população “pobre” foi organizada pela sociedade civil e pelo poder político, sem o vínculo com instituição religiosa. A Diocese de Londrina foi instituída em 1957, sendo o primeiro bispo Dom Geraldo Fernandes, que se revelaria um grande articulador político da região.

É importante entender o momento que a Igreja Católica vivia durante o período. A Constituição de 1891, a primeira após o golpe de 1889, estabeleceu a divisão entre Igreja e Estado, com a defesa de um Estado laico. A Igreja Católica entendeu tal processo como perda de poder, procurando alternativas para demonstrar a sua importância política ao novo sistema de governo e organizando o Movimento Católico Leigo, que teve duas formas de intervenção: mobilizar uma intelectualidade cristã e a Ação Cristã. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005)

Para isso ela lança a revista *A Ordem* (criada em 1921) e o Centro Dom Vital (criado em 1922), que têm como objetivo produzir conhecimentos sobre sua ótica de entendimento social e condenar pensamentos opositores como: o anticlericalismo, o positivismo e a laicidade das instituições republicanas. Desta forma, a Igreja consegue estabelecer uma ponte entre a hierarquia da Igreja e os católicos. A Ação Cristã foi desenvolvida no Movimento de 1930 (o qual entendo que foi um golpe de Estado, no qual Getúlio Vargas apossou-se da Presidência da República), considerado um novo momento na organização católica, em que passam a desenvolver ações na comunidade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 144 -147).

Silva (1999, p. 37) lembra que Vargas, desde o princípio, estabelece “[...] uma cooperação entre Estado e Igreja, possibilitando que ambos os poderes atingissem seus objetivos. [...]”, já que através da fé constrói-se um sentimento de “[...] obediência à pátria, que determinaria a subordinação dos interesses econômico, político e cultural ao poder espiritual, a Igreja, e temporal ao Estado”.

Na década de 1940, segundo Alves (2013, p. 156), “[...] poucas eram as expressões da pobreza no município de Londrina, fazendo com que a atenção às famílias pobres recaísse sobre a boa vontade da população, que muito se mobilizou para atender às demandas locais da área.”. No entanto, entendo que tal afirmação constitui uma contradição, já que a mesma autora assinalou a organização da sociedade civil e do poder político, desde 1935, para a atenção aos pobres.



Na mesma década, Silva relata a fundação da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP), um grupo fundado por leigos sob a orientação espiritual dos padres da Igreja Católica, que tem como objetivo proporcionar ajuda “material e espiritual” aos mais pobres. A comunidade londrinense, tanto pessoas físicas como jurídicas, contribuía doando dinheiro e/ou material em espécie (alimentos, roupas, etc.). Até a Prefeitura da cidade repassava recursos para o grupo, pois havia a preocupação de que os “[...] pobres colocassem em risco a ordem social política estabelecida” (SILVA, 1999, p. 60).

Pensando sobre a manutenção da ordem, é relevante a ligação que Netto, (2001, p. 44) faz entre a questão social e o conservadorismo, uma vez que temos a sociedade dividida em duas classes antagônicas. A classe subalterna passou a questionar a ordem vigente colocada, gerando diversos conflitos e expondo suas mazelas (desigualdade, desemprego, fome, doenças, desamparo, penúria, etc.). O autor ainda aponta que o “[...] pensamento conservador confessional, se reconhece a gravitação da ‘questão social’ e apela para medidas sócio-política para diminuir seus agravamentos [...]”. Porém, são medidas de controle da classe trabalhadora, de cunho moralizante, e não de questionamento do capital. É nesta perspectiva que as atividades desenvolvidas por grupos vinculados à Igreja ou à sociedade civil organizada lidam com as expressões da questão social na cidade (NETTO, 2001, p, 44).

Tal preocupação com a questão social passa a ter um significado, uma vez que nas décadas de 1940-1950 Londrina ficou mundialmente conhecida como a “Capital Mundial do Café”. A divulgação do “ouro verde” trouxe também toda a contradição do capitalismo. As primeiras respostas às expressões da questão social presentes no município (pobreza, prostituição, crianças e idosos abandonados) seguiram o que se fazia no resto do país: o atendimento aos pobres via caridade da Igreja e a repressão policial (a questão social como caso de polícia). Londrina tinha os seus guetos, espaços limite nos quais a população em vulnerabilidade estava confinada.

Um dos melhores exemplos que expressam tal confinamento é o da prostituição. Analisando, a história e a memória da prostituição na cidade de Londrina entre as décadas de 1940-1970, Edson Holtz Leme (2005) assinala que as profissionais do sexo eram obrigadas pela sociedade e pelo aparelho repressivo policial a obedecer a horários, territórios e espaços. Essas mulheres eram impedidas de trafegar pelos espaços centrais da cidade de Londrina, sobretudo os frequentados pelas elites locais, tudo em nome da “moral, da família e da defesa dos valores cristãos”. Apesar do discurso moralizante cristão, Londrina foi considerada uma das maiores aventuras “prostitucionais” do país.

Tamanha exclusão social e a preocupação para manter a ordem vigente fez com que a elite londrinense se organizasse para controlar as diversas forma de expressão da



questão social. Isso ocorreu através das organizações de diversas instituições caritativas na cidade. Alves (2013) fez o levantamento das instituições filantrópicas de 1934-1980, que desenvolviam atividades caridade em atendimento à saúde e assistência às mulheres, crianças, idosos e população de rua, além de entidades que atendiam pessoas com deficiências e dependentes de substâncias psicoativas instaladas em Londrina:

Quadro 1: Número de Instituição em Londrina (1930 – 1980)

Década	Quantidade
1930	02
1940	08
1950	16
1960	28
1970	34
1980	55
Totalizando: 143 instituições	

Fonte: Assistência aos Pobres em Londrina (ALVES,2013)

Alves (2013, p. 204), divide as instituições em três grupos: o **primeiro** grupo é composto por sessenta e seis entidades que professam algum tipo de fé ou de doutrina, na qual desenvolvem sentimento de solidariedade e caridade, tais como: as Igrejas (Católica, Evangélicas, Muçulmana, religiões de matriz Africana, o Espiritismo, a Maçonaria, Rosa Cruz). No **segundo** grupo estão inseridas sessenta e nove entidades beneficentes de iniciativa dos clubes de serviços, associações profissionais, associações de moradores. E o **terceiro** grupo é composto por oito entidades vinculadas ao poder público, nas três esferas governamentais: municipal, estadual e federal.

Alves (2013) assinala apenas as instituições legalizadas junto ao município. Silva (1999) trabalha exclusivamente com os vicentinos (SSVP), destacando que o número de atendimentos do grupo, fundado em 1944, aumentou a cada ano. Entre 1944-1955 não havia registros disponíveis. Em 1956 havia um conselho com vinte e cinco membros, atendendo trinta e uma famílias, correspondendo a cento e cinquenta e quatro pessoas. Em 1977, após o aumento do êxodo rural, a autora identificou quatro conselhos vicentinos, com trezentos e setenta e seis membros, atendendo cento e noventa e sete famílias, num total de oitocentas e noventa e nove pessoas. O último ano analisado pela autora foi o de 1984, no qual manteve-se os quatro conselhos, com quatrocentos e setenta e dois membros, atendendo duzentas e cinquenta e três famílias, totalizando mil duzentas e quinze pessoas. Tais dados demonstram a situação de pobreza vivenciada pela classe trabalhadora da cidade.

Alves (2013), ainda aponta que o município sempre contribuiu com as entidades através de subvenções repassadas. As entidades colocavam como objetivo institucional o



atendimento referente às questões material, social e espiritual. Desta forma, as entidades tentavam imprimir a “moralidade da ordem social”, ou seja, “[...] as entidades passavam a exercer um papel de controle social da pobreza”. Segundo a autora, as entidades deixavam claro as suas condições para o atendimento, ou seja, as normas e as regras as quais incluíam “critérios para o desligamento”, no qual expressavam sua visão de mundo.

Para tais entidades, a visão de mundo e as estratégias dos usuários não eram respeitadas (ALVES, 2013, p. 209). A autora ainda afirma que

Esses usuários, ao mesmo tempo que têm o reconhecimento da cidadania devolvido na forma de donativo e de condições mínimas de sobrevivência, sofrem o estigma e a segregação, quando os prestadores de serviço assistencial passam a considerá-los incapazes de sobreviver sem o apoio institucional, tornando-se um ônus para a sociedade (ALVES, 2013, p. 209).

A caridade ofertada contribuiu com a população atendida nas questões de “substrato material da vida”, ou seja, suprir as necessidades básicas de sobrevivência. Porém, tal contribuição não ultrapassou a compreensão da demanda posta. Manteve-se a caridade, aplicada de forma pontual, o que acaba culpabilizando o indivíduo, grupo e/ou família e fortalecendo as entidades caritativas. Assim, a necessidade do provedor (grupo, instituição, entidade) é atendida, não a do usuário. As entidades desenvolvem o “papel de controle social da pobreza”; o usuário, como dependente da instituição, é incapaz de superar sua situação social. Não se ultrapassa a aparência da questão social e não se desvenda a sua essência. Cria-se um ciclo de atendimentos sem resultados objetivos, nos quais os indivíduos são culpabilizados (ALVES, 2013, p. 2010).

4. Resultado

Como resultado desta pesquisa, identificamos que a colonização capitalista favoreceu para que Londrina tivesse um desenvolvimento rápido. O café, produto que deixou a cidade de Londrina conhecida mundialmente, favoreceu a contradição capital/trabalho, ou seja, ocorreu a concentração de riqueza e de poder para alguns e a pobreza e miséria para a classe trabalhadora, o que bem caracteriza a questão social. Como forma de compensação à classe trabalhadora, a elite local, a Igreja e o poder público passaram a desenvolver formas de atendimento às expressões da questão social. Nessa conjuntura pode-se vislumbrar o indícios para a gênese do Serviço Social na cidade.

5. Considerações Finais



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

Vimos que em Londrina, cidade historicamente nova e com muitas contradições, as potencialidades ficaram centralizadas nas mãos de poucos, cuja ascensão financeira e social deveu-se à exploração dos trabalhadores, que ficaram com a miserabilidade e o sofrimento social.

À medida que o café enriquecia e empoderava politicamente poucos indivíduos, trazia em seu bojo a contradição, expressada na vulnerabilidade social de inúmeras famílias da cidade, o que incomodava a elite local. Daí a organização da caridade e da filantropia, por parte das “senhoras da sociedade” e da Igreja Católica, que desenvolveram novas formas de atendimento a essa população. É possível localizar aqui o início da percepção da importância do trabalho do Serviço Social na cidade de Londrina.

6.REFERÊNCIAS

ALVES, Jolinda de Moraes. **Assistência aos pobres em Londrina: 1940/1980**. Londrina: Eduel, 2013.

ARIAS NETTO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina, 193/1975. 2ª. Ed. ver. Londrina: EDUEL, 2008.

ARRAIS, Matheus Eurich. A Marcha para o Oeste e o Estado Novo: a conquista dos sertões. Universidade de Brasília – UnB Instituto de Ciências Humanas Programa de Graduação em História. 2016 , p. 1-17. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15448/1/2016_MateusEurichArrais_tcc.pdf Acesso em: 03 fev. 2019.

BATTINI, Odária (org.). **As determinações sócio-históricas do Serviço Social no Paraná: Gênese e institucionalização. 1940/1959**. Londrina: Eduel, 2009.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17.ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2005.

IAMAMOTO, Marilda. **Trabalho e indivíduo: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEME, Edson Holtz. **Noites Ilícitas**: historias e memórias da prostituição. Londrina: EDUEL, 2005.

MARINOSIO FILHO. **Dos porões da delegacia de polícia**. Londrina: Gráfica Técnica de Londrina, 1979.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília: ABEPSS a.2, n. 3, jan-jun p. 41-50, 2001.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

PRIORI, A., *et al.* História do Paraná: séculos XIX e XX. *In: A história do Oeste Paranaense*. Maringá: EDUEM, 2012. p. 75-89. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-07.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

SILVA, Claudia Neves da. **Poder Público Municipal e Sociedade de São Vicente de Paulo**: dois modelos de atuação na área de assistência social em Londrina: 1964-1988. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. Serviço Social em Revista, Londrina. v. 21, n.1,p.183-194, jul/dez. 2018. Disponível em : <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/35215/24769> . Acesso em 24/03/2019.